

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 454 Rubrica: _____

TERMO DE REFRÊNCIA

Processo Administrativo nº 23.355/2025

Registro de Preços para eventual e futura aquisição de água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galões de 20 (vinte) litros, com fornecimento do sistema de distribuição em regime de comodato, bem como em garrafas descartáveis de 500 (quinhentos) mililitros, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Subsecretaria Municipal de Assuntos Religiosos os CRAS, CREAS, Centro de Capacitação Profissional, Conselho Tutelar, Abrigo Raio de Sol, Centro Dia do Idoso, Centro de Convivência, Praça do Bem-Estar e Lar dos Idosos.

Saquarema, 21 de janeiro de 2026

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 455 Rubrica: _____

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA



(Processo Administrativo nº 23.355/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Registro de Preços para eventual e futura aquisição de água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galões de 20 (vinte) litros, com fornecimento do sistema de distribuição em regime de comodato, bem como em garrafas descartáveis de 500 (quinhentos) mililitros, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Subsecretaria Municipal de Assuntos Religiosos os CRAS, CREAS, Centro de Capacitação Profissional, Conselho Tutelar, Abrigo Raio de Sol, Centro Dia do Idoso, Centro de Convivência, Praça do Bem-Estar e Lar dos Idosos.

1.1.1 Considerando que a qualidade da água disponibilizada ao consumidor possui relação direta com a proteção à saúde pública, revela-se imprescindível que o produto fornecido observe padrões estritos de pureza, potabilidade e segurança. Nesse sentido, estabelece-se como parâmetro de referência que a água comercializada apresente comprovada qualidade e credibilidade no mercado, respaldadas por controles rigorosos de origem, por processos de envase que atendam às boas práticas de fabricação e pela integral conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente aquelas emanadas pelos órgãos de vigilância sanitária competentes. Tais requisitos constituem salvaguarda essencial para assegurar a adequada prestação do serviço e a confiança dos usuários.

1.1.1.2 Dessa forma, a adoção desses parâmetros assegura que o produto adquirido atenda aos requisitos sanitários, de qualidade e de responsabilidade institucional, refletindo diretamente na eficiência administrativa e na promoção de um ambiente saudável e adequado para todos.

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 456 Rubrica: _____

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Quantidade Total (12 meses)
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	Garrafão 20 Litros	9.360
2	Água mineral natural sem gás, acondicionada em garrafa descartável de 500 ml, fabricada em plástico resistente, adequada para consumo individual. Produto de fonte mineral regulamentada, próprio para hidratação diária.	Garrafa 500ml	4.150

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O fornecimento dos bens, objeto desta contratação dar-se-ão de forma contínua.

1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 2.724, de 10 de janeiro de 2024.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) celebração do Instrumento Contratual.

1.6 O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

1.7 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8 Condições de guarda e armazenamento do material:

1.8.1 Os itens deverão ser guardados em local limpo e livre de qualquer tipo de contaminação.

1.8.2 Manter em temperatura ambiente, em local fresco e seco.

1.8.3 Utilizar a técnica FIFO (First In, First Out), ou seja, os produtos que chegaram primeiro devem ser utilizados primeiro.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta nas informações básicas desse Termo de Referência.

2.2 Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação encontra-se devidamente fundamentada na necessidade administrativa concreta e continuada de que a presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galões de 20 (vinte) litros, com disponibilização do sistema de distribuição em regime de comodato, bem como em garrafas descartáveis de 500 (quinhentos) mililitros, visando ao atendimento das demandas permanentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Subsecretaria Municipal de Assuntos Religiosos, CRAS, CREAS, Centro de Capacitação Profissional, Conselho Tutelar, Abrigo Raio de Sol, Centro Dia do Idoso, Centro de Convivência, Praça do Bem-Estar e Lar dos Idosos.

2.3 A necessidade da contratação decorre do caráter essencial e contínuo do consumo de água potável para servidores públicos, usuários dos serviços socioassistenciais e demais frequentadores das unidades, muitos deles pertencentes a grupos em situação de vulnerabilidade social, como crianças, adolescentes, idosos e famílias em acompanhamento pelos serviços da política de assistência social. O fornecimento adequado de água potável constitui medida indispensável à preservação da saúde, à dignidade da pessoa humana e à garantia de condições mínimas de salubridade, especialmente em ambientes de atendimento coletivo e permanência prolongada.

2.4 Ressalta-se que, em diversas unidades, não há sistema próprio de tratamento ou filtragem de água que assegure, de forma contínua e controlada, a potabilidade exigida pelos órgãos de vigilância sanitária. Ademais, a utilização de água mineral envasada permite maior controle de qualidade, rastreabilidade do produto e conformidade com as normas sanitárias vigentes, reduzindo riscos à saúde dos usuários e servidores.

2.5 A inclusão do sistema de distribuição em comodato justifica-se pela necessidade de garantir o correto acondicionamento, armazenamento e fornecimento da água, com equipamentos adequados (bebedouros ou dispensadores), sem ônus adicional de aquisição, manutenção ou substituição para a Administração, assegurando maior economicidade, eficiência e padronização do serviço.

2.6 Quanto às garrafas descartáveis de 500 ml, sua aquisição atende à necessidade de consumo individual, especialmente em ações externas, eventos institucionais, atendimentos itinerantes, atividades coletivas, capacitações, reuniões e situações

emergenciais, bem como em locais onde o uso de galões e dispensadores não se mostra viável.

2.7 Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, adequada e proporcional, estando alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, garantindo condições adequadas de funcionamento das unidades vinculadas à política municipal de desenvolvimento social e de atendimento digno à população usuária dos serviços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O fornecedor está sujeito ao cumprimento das diretrizes contidas na Instrução Normativa 01/2010 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, referentes à sustentabilidade ambiental. Além disso, é necessário que atenda aos seguintes requisitos:

4.1.1. Manter os níveis da contratação dentro dos padrões adequados;

4.1.2. A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica compatível ou superior com o objeto a ser licitado no presente procedimento administrativo;

4.1.3. Apresentação de alvará de funcionamento da empresa expedido pelo órgão competente;

4.1.4. Certidão de Regularidade Fiscal: Prova de que está em dia com as obrigações tributárias, como impostos federais, estaduais e municipais.

4.1.5. Certidão de Regularidade Trabalhista: Comprovação de que o licitante está regular com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Previdência Social.

4.1.6. Comprovante de Registro da Empresa: Regularidade da empresa conforme exigido pelo órgão competente (Junta Comercial, Receita Federal, etc).

4.1.7. Acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, fazendo constar na embalagem a descrição do material e incluindo:

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 459 Rubrica: _____

marca, modelo, dados do fabricante/importador, código de referência, data de fabricação e validade ou garantia, de acordo com suas características, bem como o número de série e/ou lote do produto;

4.1.8. Os materiais devem ser acondicionados em embalagem individual adequada, ou proteção das partes cortantes, com o menor volume possível, devendo utilizar materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.9. Comprovação de Experiência: O licitante deve comprovar que possui experiência prévia fornecendo de água mineral potável e não gasosa, semelhantes ao solicitado no edital, o que pode ser feito por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por clientes anteriores ou contratos de fornecimento.

4.1.10. A contratada se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 24 do Código de Defesa do Consumidor;

4.1.11. Os produtos deverão ser substituídos, sem ônus para a Contratante, na hipótese de apresentarem vícios, estiverem danificados e/ou com quaisquer outras falhas.

4.1.12. Entrega no Prazo Estipulado: O licitante deve comprometer-se a entregar os produtos dentro do prazo estabelecido no edital. O descumprimento pode resultar em penalidades.

4.1.13 Logística de Entrega: O licitante deve detalhar o planejamento logístico para o transporte e entrega do produto no local indicado pelo contratante.

4.1.14 A água mineral natural não gasosa, destinada a consumo humano deve ser proveniente de fonte devidamente regularizada junto à ANM (Agência Nacional de Mineração).

4.1.15 Composição físico-química: Deve estar conforme os padrões estabelecidos pela legislação vigente (Portaria GM/MS nº 888/2021 ou norma que a substitua).

4.1.16 Pureza: Livre de agentes contaminantes, impurezas, cor, sabor ou odor estranhos.

4.1.17 Validade: O produto deve apresentar prazo de validade visível, respeitando os limites legais.

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 460 Rubrica: _____

4.1.18 Os produtos devem ser compostos, total ou parcialmente, por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme as normas ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2.

4.1.19 Os itens fornecidos devem estar em conformidade com os requisitos ambientais necessários para obter a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em comparação com seus similares.

4.1.1.20 A empresa contratada deve atender às legislações e normas vigentes, incluindo (mas não se limitando a):

Legislação Sanitária:

- RDC ANVISA nº 274/2005 – Regulamento Técnico para Águas Envasadas.
- RDC ANVISA nº 275/2005 – Padrões de identidade e qualidade das águas minerais e potáveis de mesa.
- Portaria DNPM nº 374/2009 – Regulamenta o aproveitamento de água mineral.
- Decreto-Lei nº 7.841/1945 — Código de Águas Minerais.
- Legislação estadual ou municipal específica, quando aplicável.

Normas Técnicas:

- ABNT NBR 14222 – Água mineral natural e água natural — Especificação.
- ABNT NBR 14883 – Garrafas plásticas (PET) para água mineral – Requisitos.
- Boas Práticas de Fabricação (BPF) em conformidade com regulamentos da ANVISA.

Características da Água:

A água fornecida deve:

- Ser água mineral natural, proveniente de fonte única, classificada e autorizada pelo órgão competente (ANM – Agência Nacional de Mineração).
- Manter características físico-químicas e microbiológicas dentro dos padrões legais.
- Não apresentar cor, odor ou sabor estranhos.

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 461 Rubrica: _____

- Não conter contaminantes acima dos limites legais.

Garrafa (embalagem):

Garrafas de 500 ml devem atender aos seguintes requisitos:

- Material: PET virgem, atóxico e reciclável.
- Tampa: rosqueada, lacrada e inviolável.
- Rótulo contendo obrigatoriamente:
 - Nome comercial e tipo de água (mineral natural).
 - Localização da fonte.
 - Registro no Ministério da Saúde / ANM.
 - Composição físico-química principal.
 - Data de envase e validade.
 - Volume nominal (500 ml).
 - Lote e informações do fabricante.

4.1.21 O cumprimento desses requisitos contribuirá para promover práticas sustentáveis e minimizar o impacto ambiental associado aos produtos fornecidos pela empresa contratada, alinhando-se assim aos princípios de responsabilidade socioambiental da administração pública.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Requisitos Técnicos da Contratação

4.3 Os galões e garrafas de água mineral deverão estar acondicionados em embalagens apropriadas, com rótulos que contenham informações claras, e atender às especificações do Termo de Referência;

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 462 Rubrica: _____

4.4 Os galões e garrafas de água mineral deverão estar em conformidade com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), através das resoluções RDC Anvisa 717/2022 e Instrução Normativa Número 60 de 2019, obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas e conteúdo definido e constante de determinados sais minerais, oligoelementos e outros constituintes considerando as flutuações naturais, acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, fazendo constar na embalagem a descrição do material e incluindo: marca, modelo, dados do fabricante/importador, código de referência, data de fabricação e validade ou garantia, de acordo com suas características, bem como o número de série e/ou lote do produto;

4.5 Os galões e garrafas de água mineral devem ser acondicionados em embalagem individual adequada, ou proteção das partes cortantes, com o menor volume possível, devendo utilizar materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.6 A contratada se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 24 do Código de Defesa do Consumidor. Os produtos deverão ser substituídos, sem ônus para a Contratante, na hipótese de apresentarem vícios, estiverem danificados e/ou com quaisquer outras falhas;

Sustentabilidade

4.7 A opção prioritária pelo fornecimento de água mineral em galões retornáveis de 20 litros, com sistema de distribuição em regime de comodato, contribui significativamente para a redução da geração de resíduos sólidos, uma vez que tais recipientes são reutilizáveis, diminuindo o consumo de embalagens plásticas descartáveis e, conseqüentemente, o impacto ambiental associado à sua produção, transporte e descarte.

4.8 No tocante às garrafas descartáveis de 500 ml, sua aquisição se justifica por razões operacionais e de atendimento ao público externo, eventos institucionais e situações em que não seja viável o uso de copos reutilizáveis ou galões. Para mitigar impactos ambientais, deverá ser exigido que as embalagens sejam confeccionadas em material reciclável (PET), em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010, incentivando a logística reversa e a correta destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 463 Rubrica: _____

5.1 O fornecimento da água mineral natural, potável e não gasosa, objeto deste Termo de Referência, caracteriza-se como contínuo, sendo realizado por meio de entregas parceladas, de acordo com as necessidades das unidades requisitantes.

5.1.1 As entregas deverão ocorrer mediante requisição formal da Administração, encaminhada à contratada, contendo a indicação do local, quantitativo e prazo para fornecimento.

5.1.2 Os galões de 20 (vinte) litros deverão ser entregues acompanhados do respectivo sistema de distribuição em regime de comodato, em perfeitas condições de uso, higienização e funcionamento, competindo à contratada a instalação, manutenção preventiva e corretiva, bem como a substituição dos equipamentos sempre que necessário, sem ônus adicional para a Administração.

5.1.3 As garrafas descartáveis de 500 (quinhentos) mililitros deverão ser fornecidas em embalagens íntegras, lacradas, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

5.1.4 As entregas deverão ser realizadas nos endereços indicados pela Administração, em dias e horários previamente definidos, garantindo-se a continuidade do abastecimento, de modo a não comprometer o funcionamento das unidades e a prestação dos serviços públicos.

5.1.5 Eventuais atrasos ou falhas no fornecimento que comprometam a continuidade do serviço poderão ensejar a aplicação das penalidades previstas em contrato, observada a legislação vigente.

5.2 A entrega dos galões e garrafas de água poderá ocorrer em até 2 (duas) vezes por mês, de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 16h, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, estabelecida à Avenida Saquarema, nº 4299, Porto da Roça, Saquarema/ RJ.

5.3 O envase deve ser em galões de 20 litros, com vasilhame retornável.

5.4 O garrafão deve ser fabricado em material plástico apropriado para alimentos (ex: polietileno, polycarbonato, PET etc.), incolor/transparente, atóxico, inodoro, sem rachaduras, amassados, manchas ou deformações.

5.5 Deve ter tampa com lacre de segurança inviolável, assegurando que a água não foi adulterada ou reabastecida indevidamente.

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 464 Rubrica: _____

5.6 A água mineral potável e não gasosa deve estar dentro dos padrões sanitários — ou seja, atender aos requisitos microbiológicos e químicos para consumo humano definidos pela agência reguladora (no Brasil, ANVISA) e demais normas relativas à água mineral.

5.7 O rótulo do galão deve indicar a classificação da água, procedência/fonte, data de envase, validade ou data-limite de consumo, e demais informações exigidas por normas técnicas, conforme o regulamento do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ou órgão equivalente.

5.8 A entrega deve incluir a troca de vasilhames vazios por cheios, com registro da quantidade entregue e de vasilhames retornados, em relatórios ou protocolos de entrega.

5.9 O transporte, armazenamento e manipulação devem respeitar as normas de higiene, segurança e conservação previstas nas normas técnicas e regulamentos sanitários (embalagem limpa, sem contaminação, acomodação adequada, lacre intacto etc.).

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Da validade da proposta

5.12 A validade da proposta oferecida pelo licitante não será inferior a 90 (noventa) dias.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 465 Rubrica: _____

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 466 Rubrica: _____

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
Fiscalização Administrativa.

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 467 Rubrica: _____

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Fiscal Setorial

6.22 Nos termos do Decreto Municipal nº 2.722/2024, especialmente do que dispõem os arts. 7º e 18 a 23, o Fiscal Setorial é o servidor designado pela unidade administrativa demandante, responsável pelo acompanhamento direto e cotidiano da execução do contrato no âmbito do setor beneficiário, atuando de forma complementar e integrada à gestão contratual.

De forma objetiva e sistematizada, competem ao Fiscal Setorial as seguintes funções:

1. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual
2. Atestar o recebimento do objeto
3. Verificar a regularidade do fornecimento ou da prestação dos serviços
4. Registrar ocorrências relacionadas à execução do contrato
5. Comunicar irregularidades ao gestor do contrato
6. Solicitar providências corretivas à contratada
7. Apoiar o gestor do contrato
8. Zelar pelo interesse público e pela adequada aplicação dos recursos
9. Observar os limites de sua atuação

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 468 Rubrica: _____

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 8 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 469 Rubrica: _____

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1 O prazo de validade;

7.10.2 A data da emissão;

7.10.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4 O período respectivo de execução do contrato;

7.10.5 O valor a pagar;

7.10.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 470 Rubrica: _____

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19 Na hipótese de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 471 Rubrica: _____

7.23 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23.1 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização do Sistema de Registro de Preço, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.9 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 472 Rubrica: _____

Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 473 Rubrica: _____

apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.19.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.19.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Qualificação Técnica

8.20 Apresentação de Alvará de Funcionamento da empresa expedido pelo órgão competente;

8.21 Apresentação de Licenciamento Sanitário Estadual ou Municipal (Alvará Sanitário) de acordo com o Decreto – Lei nº 986/1969, que institui normas básicas sobre alimentos que devem ser previamente licenciados pela autoridade sanitária competente estadual ou municipal, e nos termos do Art. 10, Inciso IV, da Lei 6.437/77;

8.22 Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprovando experiência anterior na execução de serviço igual ou similar ao objeto da licitação, compatíveis em características, quantidades e prazos com as especificações constantes do Termo de Referência;

5 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação constará nos autos, a partir da pesquisa de mercado, a ser oportunamente realizada pelo Departamento de Compras desta municipalidade.

9.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 474 Rubrica: _____

mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Termo de Referência;

10.2 Realizar a fiscalização do objeto contratado;

10.3 Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.4 Notificar à Contratada de quaisquer irregularidades encontrada(s) no(s) produto(s) que impossibilite(m) sua utilização;

10.5 Empenhar, para cumprimento do contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento.

10.6 Notificar previamente o Contratada, quando da aplicação de penalidades;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Fornecer os bens de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência;

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 475 Rubrica: _____

11.2 Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução do objeto do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços;

11.3 Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

11.4 Atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

11.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os bens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

11.6 Responsabilizar-se, na forma do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

11.6.1 Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, com a inclusão do Município de Saquarema ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

11.6.2 No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

11.6.3 As retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Saquarema ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Saquarema ou entidade da

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 476 Rubrica: _____

Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

11.6.4 Eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

11.7 Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços durante todo prazo de execução contratual;

11.8 Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

11.9 Observar os dispostos nos Decretos Municipais nº 2.721/2024, 2.722/2024, 2.723/2024, 2.724/2024 e 2.740/2024;

11.10 Cumprir ao longo de toda a execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

11.11 Se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;

11.12 Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições do(s) bem(s) entregue(s), atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

11.13 Informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas na Lei nº 14.133/2021:

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 477 Rubrica: _____

12.1.1 Advertência;

12.1.2 Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;

12.1.3 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

12.1.4 Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.2 A aplicação das sanções previstas nos subitens 12.1.2 e 12.1.3 observará os seguintes parâmetros:

12.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.2.2 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

12.2.3 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

12.2.4 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato;

12.2.5 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 478 Rubrica: _____

12.2.6 As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais;

12.2.7 As sanções previstas no item 12.1 do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas de forma concomitantes e, não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato;

12.2.8 As multas previstas neste tópico não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

12.2.9 As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido;

12.2.10 Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento;

12.2.11 A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

12.2.12 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.3 A recusa das licitantes em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 12.1.

13. FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

13.1 Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 479 Rubrica: _____

Registro de Preços ou instrumento que fizer as vezes dele deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

14. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

14.1 É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços e a contagem dos prazos mediante justificativas.

15. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1 O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.1.1 A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

15.1.2 Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar;

15.1.3 Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato;

15.1.4 A multa referida no subitem anterior não tem caráter compensatório, podendo, ainda ser compensada com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

15.2 Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- a) a devolução da garantia (se houver);
- b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 480 Rubrica: _____

15.3 Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no subitem 15.1.4.

15.4 No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia (se houver).

16. DO REAJUSTE

16.1 Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

16.2 Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

16.3 Caso o índice previsto neste Termo de Referência seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

17.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 481 Rubrica: _____

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
Referente a Lei Orçamentária Anual de 2025				
Órgão	Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Fonte de Recursos
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07.010 Fundo Municipal de Assistência Social	08.122.0020.2.270	3.3.90.30.02	1704
Órgão	Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Fonte de Recursos
SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS RELIGIOSOS				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07.010 Fundo Municipal de Assistência Social	08.122.0020.2.270	3.3.90.30.02	1704
Órgão	Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Fonte de Recursos
CRAS				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07.010 Fundo Municipal de Assistência Social	08.245.0030.2.265	3.3.90.30.02	1704
Órgão	Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Fonte de Recursos
CREAS				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07.010 Fundo Municipal de Assistência Social	08.245.0031.2.266	3.3.90.30.02	1500
Órgão	Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Fonte de Recursos
CENTRO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07.010 Fundo Municipal de Assistência Social	08.122.0012.2.268	3.3.90.30.02	1704
Órgão	Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Fonte de Recursos

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 482 Rubrica: _____

ABRIGO RAI0 DE SOL				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07.020 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	08.243.0017.2.179	3.3.90.30.02	1704

Órgão	Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Fonte de Recursos
CONSELHO TUTELAR				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07.020 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	08.243.0017.2.195	3.3.90.30.02	1704

Órgão	Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Fonte de Recursos
CENTRO DIA DO IDOSO				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07.030 Fundo Municipal de Direitos do Idoso	08.241.0019.2.187	3.3.90.30.02	1704

Órgão	Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Fonte de Recursos
CENTRO DE CONVIVÊNCIA				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07.030 Fundo Municipal de Direitos do Idoso	08.241.0019.2.185	3.3.90.30.02	1704

Órgão	Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Fonte de Recursos
PRAÇA DO BEM-ESTAR				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07.030 Fundo Municipal de Direitos do Idoso	08.241.0027.2.136	3.3.90.30.02	1704

Órgão	Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Fonte de Recursos
LAR DOS IDOSOS				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07.030 Fundo Municipal de Direitos do Idoso	08.241.0019.2.206	3.3.90.30.02	1704

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 483 Rubrica: _____

18. MEMÓRIA DE CÁLCULO

18.1 Para o bom funcionamento das unidades relacionadas abaixo será necessário o fornecimento de 780 (setecentos) galões de 20 litros de água mineral natural potável e não gasosa por mês totalizando 9.360 (nove mil trezentos e sessenta) galões, por ano.

- CRAS- RAIA, CRAS-BOMSUCESO, CRAS –SAMPAIO, CRAS-JACONÉ, CRAS RIO DA AREIA, CRAS PORTO DA ROÇA - Cada CRAS tem grupos de crianças, idosos, adolescentes. O CRAS atende em média 25 usuários em cada grupo duas vezes por semana. Necessitando de 02 galões de água por dia cada CRAS, totalizando 40 galões de água por mês com funcionamento de segunda a sexta feira.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. DIA	QUANT. MÊS	QUANT. 12 MESES
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	CRAS Raia	Galão 20 Litros	02	40	480
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT	CRAS Sampaio	Galão 20 Litros	02	40	480

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 484 Rubrica: _____

	e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.					
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	CRAS Jaconé	Galão 20 Litros	02	40	480
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	CRAS Rio de Areia	Galão 20 Litros	02	40	480
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em	CRAS Porto da Roça	Galão 20 Litros	02	40	480

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 485 Rubrica: _____

	galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.					
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	CRAS Bonsucesso	Galão 20 Litros	02	40	480
TOTAL				10	200	2.880

- CRAS - realiza ao longo do ano uma série de atividades, encontros, oficinas, atendimentos coletivos, campanhas socioeducativas e eventos comunitários, todos voltados ao fortalecimento de vínculos, prevenção de situações de risco e garantia de direitos das famílias em situação de vulnerabilidade. Para a execução dessas ações, é fundamental assegurar condições adequadas de participação e permanência do público atendido. O fornecimento de água potável em garrafas de 500ml é um item básico de acolhimento, acessibilidade e segurança, especialmente considerando que muitas atividades incluem crianças, idosos, gestantes e pessoas com condições de saúde que exigem hidratação frequente.

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 486 Rubrica: _____

3.300 garrafas de 500 ml/ano, equivalente a cerca de 275 garrafas/mês distribuídas entre os 6 CRAS (média de 45 a 50 unidades/mês por CRAS).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. ANUAL
2	Água mineral natural sem gás, acondicionada em garrafa descartável de 500 ml, fabricada em plástico resistente, adequada para consumo individual. Produto de fonte mineral regulamentada, próprio para hidratação diária.	CRAS	Garrafa 500ml	3.300

- CREAS – possui grupos de medidas socioeducativas atende em média de 15 meninos e meninas em cada grupo duas vezes por semana. Necessitando de um galão de água por dia, totalizando 20 por mês com funcionamento de segunda a sexta feira.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. DIA	QUANT. MÊS	QUANT. 12 MESES
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	CREAS	Unid.	01	20	240

- Secretaria de Desenvolvimento Social – atende 36 funcionários e o mesmo prédio EMATER, Fundação Leão XIII, Ministério do Trabalho, DETRAN e Junta militar.

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 487 Rubrica: _____

Necessitando de 03 galões de água por dia totalizando 40 por mês, em funcionamento é de segunda a sexta feira.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. DIA	QUANT. MÊS	QUANT. 12 MESES
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	Secretaria de Desenvolvimento Social	Unid.	03	60	720

- Subsecretaria Municipal de Assuntos Religiosos – Necessitando de 01 galão de água por dia totalizando 20 por mês com funcionamento de segunda a sexta feira.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. DIA	QUANT. MÊS	QUANT. 12 MESES
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno	Secretaria de Desenvolvimento Social	Unid.	01	20	240

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 488 Rubrica: _____

	Tereftalato), segundo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.					
--	---	--	--	--	--	--

- Centro de Capacitação Profissional - Profissionais que atuam na administração e alunos, o número de alunos varia de acordo com o curso oferecido e o período de realização. Necessitando de 01 galão de água por dia totalizando 20 por mês com funcionamento de segunda a sexta feira.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. DIA	QUANT. MÊS	QUANT. 12 MESES
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	CECAPS	Unid.	01	20	240

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 489 Rubrica: _____

- Conselho Tutelar - atender 13 funcionários, a demanda externa não tem como ser calculada. Necessitando de 01 galão de água por dia totalizando 20 por mês, em funcionamento de segunda a sexta-feira.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. DIA	QUANT. MÊS	QUANT. 12 MESES
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	Conselho Tutelar	Unid.	01	20	240

- ABRIGO RAIOS DE SOL - ele abriga em média 15 crianças todos os dias e também os funcionários. Necessitando de 02 galões de água por dia totalizando 40 por mês com funcionamento todos os dias.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. DIA	QUANT. MÊS	QUANT. 12 MESES
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato),	Abrigo Raios de Sol	Unid.	02	40	480

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 490 Rubrica: _____

	segundo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.					
--	---	--	--	--	--	--

- CENTRO DE CONVIVENCIA DO IDOSO - Atendem idosos que realizam Yoga, tricô, artesanato, massagem. Possui em média 20 alunos em cada grupo duas vezes por semana. Necessitando de 02 galões de água por dia totalizando 40 galões de água por mês com funcionamento de segunda a sexta feira.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. DIA	QUANT. MÊS	QUANT. 12 MESES
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	Centro de Convivência do Idoso	Unid.	02	40	480

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. ANUAL
2	Água mineral natural sem gás, acondicionada em garrafa descartável	Centro de Convivência	Garrafa 500ml	550

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 491 Rubrica: _____

	de 500 ml, fabricada em plástico resistente, adequada para consumo individual. Produto de fonte mineral regulamentada, próprio para hidratação diária.			
--	--	--	--	--

- **PRAÇA DO BEM-ESTAR** – atende 150 alunos idosos em hidroginástica no período da manhã e 150 à tarde. Na ginastica alongamento 150 alunos, dança de salão 100 alunos. Necessitando de 01 galão de água por dia totalizando 20 por mês, pois o funcionamento é de segunda a sexta feira.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. DIA	QUANT. MÊS	QUANT. 12 MESES
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	Praça do Bem-estar	Unid.	01	20	240

- **PRAÇA DO BEM-ESTAR** - é um espaço de referência comunitária utilizado para ações de promoção da saúde, convivência social e integração comunitária. Ao longo do ano, são realizados diversos eventos abertos ao público, tais como atividades físicas orientadas, ações socioeducativas, campanhas temáticas, encontros comunitários e eventos de mobilização social.

Considerando a oferta de 1 garrafa de água de 500 ml por participante, assegurando hidratação adequada durante eventos que duram entre 1 e 2 horas, estima-se um consumo aproximado de 300 garrafas por ano.

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 492 Rubrica: _____

Esse quantitativo é suficiente para atender com segurança a totalidade dos eventos previstos, contemplando variações no público e garantindo reserva mínima para atividades extraordinárias.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. ANUAL
2	Água mineral natural sem gás, acondicionada em garrafa descartável de 500 ml, fabricada em plástico resistente, adequada para consumo individual. Produto de fonte mineral regulamentada, próprio para hidratação diária.	Praça do Bem-Estar	Garrafa 500ml	300

- LAR DOS IDOSOS - abriga em média 30 idosos, mais os cuidadores que permanecem na instituição 24 horas. Necessitando de 03 galões por dia totalizando 60 por mês, com funcionamento todos os dias.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. DIA	QUANT. MÊS	QUANT. 12 MESES
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	Lar dos Idosos	Unid.	03	60	720

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 493 Rubrica: _____

- CENTRO DIA DO IDOSO BACAXÁ E CENTRO DIA DO IDOSOS SAMPAIO CORRÊA – abriga em média 30 idosos e 14 funcionários, Necessitando de 03 galões por dia totalizando 60 por mês, com funcionamento de segunda a sexta feira.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNID.	QUANT. DIA	QUANT. MÊS	QUANT. 12 MESES
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	Centro Dia do Idoso	Unid.	03	60	720
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo	Centro Dia do Idoso	Und	03	60	720

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 494 Rubrica: _____

	sistema de distribuição em regime de comodato.					
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	Centro Dia do Idoso	Und	03	60	720
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em	Centro Dia do Idoso	Unid.	03	60	720

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 495 Rubrica: _____

	regime de comodato.					
TOTAL				12	240	2.880

TOTAL DE EQUIPAMENTOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. DIA	QUANT. MÊS	QUANT. 12 MESES
1	Água mineral natural, potável e não gasosa, acondicionada em galão de 20 litros, embalagem de Polipropileno (PP) ou PET (Polietileno Tereftalato), seguindo normas técnicas da ABNT e da ANVISA para embalagens retornáveis, incluindo sistema de distribuição em regime de comodato.	Garrafão de 20 Litros	26	780	9.360

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ANUAL
2	Água mineral natural sem gás, acondicionada em garrafa descartável de 500 ml, fabricada em plástico resistente, adequada para consumo individual. Produto de fonte mineral regulamentada, próprio para hidratação diária.	4.150

19. MEMÓRIA DE CÁLCULO (GALÃO 20 LITROS)

Quantidade / Período	
Q.A =	Quantidade anual
Q.M =	Quantidade mensal
Q.D =	Quantidade diária

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 496 Rubrica: _____

Quantidade anual = 9.360

Quantidade mensal:

$$\frac{Q.A (9.360)}{Q.M (12)} = 780$$

Q.M (12)

Quantidade mensal = 780

Quantidade diária:

$$\frac{Q.M (780)}{Q.D (30)} = 26$$

Q.D (30)

Quantidade diária = 26

Processo nº: 23.355/2025

Folha: 497 Rubrica: _____

Saquarema, 21 de janeiro de 2026.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE TÉCNICO
<hr/> Danilo Martinho Silva Matrícula: 9510868-1 Setor Orçamentário	<hr/> Vitor de Mello Rollim Matrícula: 10080-1 Setor Orçamentário
AUTORIDADE MÁXIMA	
<hr/> Joice Mattos Terra Bravo Matrícula: 954527 Secretária Municipal de Desenvolvimento Social	

12. ANEXO I: MEMÓRIA DE CÁLCULO DETALHADA